

POTENCIALIDADES E LIMITES DO EXTRATIVISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

Almira MARTINS¹

Instituto de Ciências da Educação/UFPA
almira@ufpa.br

Resumo: O extrativismo é uma prática de uso dos recursos naturais que acompanha o homem, especialmente o amazônida, por conta de razões históricas, políticas, sociais e culturais. Partindo da história enraizada na colonização do Brasil, passando por políticas governamentais entendidas como desenvolvimentistas para a integração da Amazônia, até chegar a um novo modelo de extrativismo centrado na relação contemporânea homem-natureza para um desenvolvimento com enfoque na sustentabilidade, o fazer extrativista perpassa por transformações complexas e, provavelmente, irreversíveis. Diante da abrangência do tema torna-se imperativo realizar cortes e recortes visando maior compreensão do que se pretende abordar: as possíveis potencialidades e os limites prováveis para o extrativismo cumprir um papel focado no desenvolvimento sustentável local. As especificidades impregnadas na trajetória histórica entre o homem e o ecossistema; formas de lidar com os valores, produtos e subprodutos advindos da biodiversidade de uso comum, sob o ponto de vista ético motivando a criação de Reservas Extrativistas; e por fim, os desafios e perspectivas que o trinômio inovação-ciência-tecnologia, pode impor, e ao mesmo tempo descortinar, à comunidade, sob a ótica contemporânea do desenvolvendo sustentável, é a contribuição central que este artigo pretende trazer a partir de uma primeira investigação sobre o tema.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Reserva extrativista. Inovação.

Résumé: L'extractivisme est une forme d'utilisation des ressources naturelles dont l'habitant de l'Amazonie est familier, en raison de nombreux facteurs historiques, politiques, sociaux et culturels. Prenant sa source dans l'histoire de la colonisation du Brésil, ayant par la suite connu les politiques gouvernementales du "tout développement" pour "l'intégration de l'Amazonie", jusqu'à aboutir à un nouveau modèle centré sur le rapport contemporain entre l'homme et la nature en vue du développement durable local, l'extractivisme a connu bien des transformations, complexes et probablement irréversibles. Le thème étant plutôt vaste, j'ai cherché à concentrer mon enquête sur ce point précis: quel est le potentiel et quelles sont les limites probables de l'extractivisme, si l'on considère le rôle qu'il peut jouer dans le développement durable local? La spécificité des relations historiques entre l'homme et son écosystème, la question des valeurs, les produits et les sous-produits provenant de la biodiversité d'usage commun dans la perspective éthique qui avait motivé la création des Réserves Extractivistes, les défis et les possibilités que le trinôme innovation-science-technologie suscite et dévoile - impose peut-être - aux communautés locales, en fonction de l'idée contemporaine de développement durable, telle est la contribution principale que cet article a voulu apporter, à partir d'une première enquête sur le sujet.

Mots-clé: Développement durable. Réserves Extractivistes. Innovation.

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação são resultantes de políticas traçadas a partir de motivação internacional, cujo foco era apenas o aspecto conservacionista da natureza e não a relação do homem com o ambiente, considerando-o, inclusive, nocivo a “intocabilidade” do meio

¹ Mestranda PPGEDAM – Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará/Brasil. Especialista em Cultura de Moda/Universidade Anhembi Morumbi/São Paulo/Brasil.

(DIEGUES, 1996). No entanto interferir, moldar, adaptar, faz parte do sujeito, contribuindo para a fragilidade do modelo baseado na natureza enquanto paraíso contemplativo, levando a avaliação de outro formato de gestão dos recursos naturais: a reserva extrativista.

O conceito de desenvolvimento sustentável é polissêmico, mas basilar para o entendimento da reserva extrativista. A década de 90 trouxe consigo o tema sustentabilidade como uma nova forma de olhar o processo de desenvolvimento humano. O debate floresceu e a filosofia que dicotomiza a noção de crescimento do que possa significar desenvolvimento, institucionalizou-se a partir da Conferência de Estocolmo, 1972, baseada fundamentalmente na ocorrência simultânea da equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Desta forma, o desenvolvimento que, até então, somente incluía preocupações ecológicas em seu bojo, ampliou tal atenção também ao sujeito passando a ser entendido como desenvolvimento sustentável o que fosse capaz de fazer frente ao triplicado já citado. O marco da questão foi o documento intitulado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, 1987, que legitimou o Grande Encontro da Terra – a ECO92 – no Rio de Janeiro, Brasil, do qual resultou a Agenda 21, “cujas recomendações abordariam mais de 115 áreas programáticas dialogando entre ações políticas, sociedade civil e empresas” (SACHS, 1993, p. 27).

Por outro lado, a relação de trocas comerciais é antiga. Primeiramente vestida pelo escambo, depois adquirindo perfil venal mercantilista acelerada na civilização urbano-industrial e “desfronteirizada” pela globalização. O paradigma do desenvolvimento sustentável focado em “utilizar os frutos do crescimento (capital) para reduzir os fluxos materiais, recuperar o meio-ambiente e redistribuir renda” (SACHS, 2004, p. 33) se opõe ao cerne do crescimento quantitativo, que rege a lógica do capital mundial. Portanto um dos maiores desafios apresentados ao homem contemporâneo é “materializar” o conceito de desenvolvimento sustentável, para que o principal foco da ação: o sujeito, sobretudo o menos provido de mecanismos de inclusão social, possa desfrutar do que ele entenda por desenvolvimento, já que tal acertiva passa necessariamente pela qualidade de vida centrada na satisfação de necessidades básicas como saúde, educação, segurança, alimentar inclusive, para a garantia de preservação dos recursos naturais.

Estudos pretéritos demonstram que o ativismo ambientalista vigente na década de 90 deu lugar a políticas voltadas à sustentabilidade, onde o homem é o sujeito para o qual e pelo qual a ação deve existir, o que propicia a contextualização da reserva extrativista. A “atitude sustentável” saiu da esfera pública e alcançou empresas de grande porte como bancos e indústrias, que passaram a incluir em seu balanço contábil anual, não apenas o teor fiscal, mas ainda o ambiental e o social, inclusive disponibilizando papéis no mercado aberto. Enfoca-se

aqui esta questão porque se compreende que o desenvolvimento sustentável em toda sua latitude não pode ser obra apenas de estado, setor privado ou sociedade organizada e sim uma árdua tarefa a ser encarada em toda sua dimensão por todas as esferas sociais capazes de alguma ação efetiva. Por outro lado, temas como o aquecimento global e seus desdobramentos ainda estão na centralidade dos debates com relação ao desenvolvimento. No entanto, “em vez de pensar nos objetivos ecológicos e econômicos como conflitantes, deve-se compreender que os sistemas econômicos dependem dos sistemas ecológicos de apoio à vida e incorporar ao nosso pensamento e as nossas ações, a noção de complementaridade entre “capital natural” e “capital construído pelo homem” (CONSTANZA, 1991, p. 83).

Com relação a cooperação enquanto fundamento para a efetivação do desenvolvimento olhado pelo viés da sustentabilidade, Sachs e Abramovay alertam para insucesso de resultados sob o colorário *trickle down* distanciando-se do mimetismo e aproximando-se dos reflexos positivos de experiências bem sucedidas em comunidades e ou sociedades, para “estimular a imaginação social” (SACHS, 2004, p. 36). O desenvolvimento sustentável, portanto, não é apenas um modismo em consequência dos problemas ambientais que desafiam a humanidade, afirma Norbert Fenzel ao avaliar à questão da sustentabilidade a partir da teoria de sistemas refletindo que “a teoria de sistemas mostra que a sustentabilidade é a força motriz de desenvolvimento de todo sistema aberto, auto-organizado e capaz de evoluir” (FENZEL, 1998, p. 34). Por outro lado, não se pode negar a força do capital. É evidente que se a “sustentabilidade” fosse claramente entendida como “um bom negócio”, esta discussão se veria esvaziada, pois o capital já teria migrado para esse fim. Poderia o sujeito extrativista unir em um mesmo tear, o “melhor da modernidade” como educação adequada, acesso à assistência, medição ‘empowerment’ enquanto cidadão, ao “melhor da sociedade tradicional” (LEWIS, 1997, p. 40) focado na atenção das necessidades básicas para todos os membros da família, satisfação das necessidades humanas na medida das materiais, e, sobretudo, uma atitude preservacionista com relação a natureza?

1 O extrativismo e a lógica desenvolvimentista na Amazônia: breve histórico

O extrativismo é a exploração dos recursos naturais espontâneos, utilizando-se para esta exploração um conjunto de técnicas e sistemas de produção tendo como base esses insumos naturais (SANT’ANNA NETO, 2000).

A história do Brasil, construída sobre bases extrativistas, revela o eurocentrismo lusitano “domesticando” índios e negros com o apoio de religiosos em missão catequizadora.

Estes logo descobriram as verdadeiras riquezas do lugar: os insumos naturais aliados a sabedoria dos nativos (SALLES, 1976; RIBEIRO, 2006).

Passando pela economia voltada às Drogas do Sertão chega-se ao Ciclo da Borracha como historicamente é conhecido o auspicioso período nortista compreendido entre o final do sec. XIX início do XX, que capitaneou para a região grande interesse internacional edificando fortunas em Belém e Manaus. No entanto *La belle époque amazônica* logicamente se materializava nas camadas mais altas da pirâmide social. A prosperidade não beneficiou a base da população, sobretudo, a mão de obra extrativista (SALLES, 1976). Do processo de extrativismo seringueiro às políticas adotadas pelo estado Nacional para o desenvolvimento da Amazônia o empobrecimento das populações nortistas foi se acentuando. Daqui foram, e são exportados minérios, gemas orgânicas/ inorgânicas, oleaginosos, e, raramente, jóias, acessórios ou cosméticos, estes últimos, distantes da sistematicidade.

Embora o extrativismo ocorra no mundo todo, o espaço amazônico é terreno fértil ao debate. Segundo Thomas Mitschein, a experiência demonstra que se o sujeito não encontra outra forma rentável de subsistência, se tornará um fio condutor para a destruição da floresta, no sentido *latu*. O modelo de desenvolvimento no qual se embasa este artigo, tenta demonstrar que não há viabilidade possível de progresso para a Amazônia, que não perpassa a via do desenvolvimento sustentável, *locus* onde a figura da reserva extrativista se insere. As políticas já citadas traçadas para o “desenvolvimento” da Amazônia se mostraram falhas no que diz respeito ao acréscimo a qualidade de vida do amazônida e preservação da biodiversidade. Das diversas soluções exógenas pensadas para a preservação da região, pouco se volta ao homem que a habita. Algumas iniciativas governamentais como a criação dos Territórios da Cidadania, política em construção pelo de Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, tentam dar conta do problema, porém, é imperativo firmar mecanismos que possam tornar o discurso realmente alinhado à prática. Segundo Deborah Lima e Jorge Pozzobon (2005, p. 45) “o critério de valorização ecológica confere novas bases para uma valorização política dos segmentos sociais e engendra um novo quadro ordenatório da diversidade social da Amazônia”. Nesta perspectiva um desenvolvimento sustentável local depende de uma visão holística dos fatores que envolvam também a comunidade (MITSCHIN, 2008). Trata-se aqui do extrativismo realizado em comunidades, sobretudo em reservas extrativistas e não o que é praticado pelas transnacionais. Estas têm a seu lado um complexo cenário conjuntural favorável à exploração em grande escala.

2 A reserva extrativista: cenários

A noção de reserva extrativista teve sua gênese no século XIX, no entanto não encontrou eco, à época, para a implantação do modelo (DIEGUES, 1996). No Brasil as discussões começaram com o movimento seringalista no Acre durante os anos 80. Este elemento contemporâneo de gestão entre a sociedade e a natureza, busca ser um instrumento dialógico no âmbito de interesses econômicos nacionais, internacionais com relação às necessidades locais e a preservação do meio ambiente. As reservas extrativistas – RESEX foram inspiradas no modelo de reservas indígenas e se legitimaram como garantia dos direitos de seus ocupantes a apropriação coletiva do território de onde extrairiam seu sustento de forma não predatória e sim preservacionista. (PINTON; AUBERTIN, 1976). Nesse contexto, portanto, as reservas extrativistas eram vistas como áreas da floresta amazônica pertencentes ao governo federal, tendo nos seringueiros os principais atores para preservação das mesmas enquanto terras públicas, com direito de usufruto a eles e aos povos indígenas que as habitavam. Além de subsidiar as populações tradicionais, a demarcação das terras se daria ainda na condição de um freio à expansão da fronteira agrícola e poderio econômico capazes de “tirar da terra todas as pessoas” (LEWIS, 1997 p. 58) fosse pelo fiel da balança ou da espada.

A aliança entre ONG's, PT e igreja ao lado das comunidades fizeram emergir o termo “povos da floresta” e legitimar a demanda desses (seringueiros, índios, ribeirinhos e mais tarde, quilombolas) na reivindicação e até institucionalização de reservas extrativistas como a forma mais viável de preservação e gestão dos recursos naturais. A luta ampliada pela ação do seringueiro Chico Mendes junto a organismos internacionais e nacionais, corroborou para a questão das RESEX, institucionalizadas, no entanto, somente após sua morte, quando em 1990, o poder central implantou quatro unidades de conservação, “totalizando dois milhões de ha reunindo 22.252 pessoas.” (PINTON; AUBERTIN, 1976). Em 26 de julho de 2006 o IBAMA informava existirem no Brasil 48 reservas extrativistas, sendo uma de Desenvolvimento Sustentável, a Itatupã Baquiá, em Gurupá, no Pará, além de pedidos para criação de mais 96 unidades de conservação com este perfil. Os números são agigantados, 1,5% do território nacional. Os conflitos também: produtores têm terras “confiscadas” pela RESEX, protestam; o Estado insuficientemente aparelhado para investigar infrações e puni-las se torna inoperante; populações tradicionais se vêem em dilema quando essas reservas são objeto do interesse econômico sob a égide desenvolvimentista para implantação de grandes projetos impactantes não só pelo ponto de vista ambiental, mas, sobretudo, social.

3 A reserva extrativista e o território

A percepção de conservação sob uma lógica antropoexcludente não encontra mais lugar do debate contemporâneo, onde o homem atua no espaço protegido considerando os objetivos econômicos do desenvolvimento, acendendo a polêmica quanto ao papel do extrativismo para a exequibilidade de um desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2003). Daí que “a construção política e social das reservas extrativistas no Brasil é uma prova dessa versatilidade” (PINTON; AUBERTIN, 1976, p. 264).

Como se verificou a política voltada para implantação das RESEX's ocorreu primeiramente no âmbito florestal. Para se configurar em uma reserva extrativista seria necessário a constatação de riqueza potencial de recursos florestais não madeireiros com possibilidades comerciais; presença de populações que vivem tradicionalmente dessa atividade (coleta); decisão acordada e coletiva entre estado e comunidade quanto a exploração sustentada dos recursos naturais. Legalmente a gestão territorial das RESEX's pertence à união federal. Com a evolução do conceito de unidade de conservação sob a ótica extrativista, se passou a reavaliar as reentrâncias da relação homem-natureza no sentido não apenas da preservação das riquezas florestais, mas também do saber não-formal valorizando o aspecto cognitivo das populações tradicionais: indígenas, ribeirinhos e, mais recentemente, quilombolas buscando resgatar o saber que as populações amazônicas detêm sobre o meio ambiente (CASTRO, 1997, LIMA; ALENCAR, 1994).

Traz-se a luz o debate contextualizado no âmbito territorial com relação a implantação das reservas extrativistas, uma vez ruídos se configuram em elementos estruturantes dos nós críticos ao estabelecimento de uma política extrativista calcada na sustentabilidade. Estudos demonstram que do ponto de vista do território as sobreposições causam conflitos importantes. A reserva extrativista sob a jurisdição federal, no entanto está, em parte, sobre o município. As instâncias muitas vezes se chocam. Evidentemente o volume de recursos federais destinados às RESEX supera os legados à municipalidade. Por muitas vezes a esfera municipal está inclusive impedida de receber verbas por causa de inadimplências com as contas públicas, o que potencializa o poder do gestor da RESEX. Na proporção em que essas ondas não operam na mesma frequência tais conflitos podem causar prejuízos para ambas as partes. O discurso no âmbito das políticas públicas centra-se em ações integradas, no entanto, partem de matrizes diferenciadas, apesar destas, muitas vezes estarem no mesmo patamar governamental. Por um lado, o prefeito detém a chancela do voto, por outro não goza de completa autonomia política administrativa frente ao território no qual foi eleito. O gestor da RESEX está sob a proteção da mão federal, mas pode encontrar entraves advindos da

jurisdição municipal, na condução dos objetivos da reserva. A relação entre a governabilidade desses atores pode se configurar em um entrave para o desenvolvimento local da perspectiva do extrativismo sustentável, na medida em que ações de interesse comunitário não chequem a se realizar ao sabor do descompasso entre instâncias de “poder”.

Outro possível nó crítico no cenário do desenvolvimento sustentável local do ponto de vista do extrativismo é a política governamental sob dois aspectos. O primeiro: o poder federal a frente do país há oito anos (2000 a 2008) aprofundou algumas políticas voltadas à preservação ambiental, e em certa medida social no tocante às populações tradicionais. No entanto se não forem tomadas por políticas de estado, podem ter atenção diminuída em um cenário futuro quando da alternância de poder, saudável em uma democracia. O segundo ponto é a complexa tessitura relacionada à criação política de diversos órgãos relativos ao trato da questão sócio-ambiental. Concepções produtivistas embatem com preservacionistas; instância nas diversas esferas do poder sobrepõe atividades tornando ainda mais lenta a ação do estado Nacional, inchando o chamado custo Brasil. Aliado ao desenho delicado formatado pelo imbricamento entre sociedade e meio-ambiente cuja celeridade de decisões pode ser crucial para a legitimidade de políticas públicas, os fatores citados se cristalizam em limites para a efetividade de um possível extrativismo sustentável no âmbito local.

4 No mundo contemporâneo existe lugar para extrativismo sustentável local?

Do ponto de vista da articulação entre o mercado mundial, o estado nacional e os territórios locais se verificam, de antemão, que nessa corrente os territórios amazônicos são os elos mais frágeis. Parte do cenário adverso conformado hoje para a Amazônia sob a ótica extrativista tem raiz no chamado ciclo da industrialização endividada impulsionado pelo Banco Mundial na América Latina nos anos 70, o que levou a outras estratégias para o desenvolvimento, dentre as quais estão a implantação de projetos demonstrativos em vez de grandes projeto. Daí o aproveitamento de espaços produtivos e apoio a agricultura familiar no sentido venal do produto a partir de processos sustentáveis. É notório que em uma relação de troca, a simples comercialização da matéria prima não agrega valores economicamente significativos. São necessários outros elementos, como focar na cadeia produtiva, processar o produto e garantir mercado, essenciais aos pequenos extrativistas. Ciência, tecnologia e inovação não podem estar dissociadas de um extrativismo que se pretenda sustentável (MITSCHIN, 2008). Entender as especificidades locais, portanto é basilar para a implantação de políticas públicas formatadoras do desenvolvimento social-econômico e ambientalmente viável.

Entre os desafios encontrados além da questão relacionada a políticas de estado e peculiaridades regionais sob o aspecto histórico-cultural das comunidades locais (WAGLEY, 1988) está o de estabelecer estratégias comerciais para atores sociais não integrados ao mercado de uma forma convencional. Portanto, do ponto de vista econômico da conservação para o desenvolvimento local com base em predados naturais, o cenário conjuntural mostra-se um tanto adverso ao extrativismo calcado nos preceitos da sustentabilidade. A desarticulação dos níveis de poder, insipientes recursos para políticas ambientais, o desenho homogêneo formatando políticas fiscais e tributárias potencializam as dificuldades em utilizar insumos amazônicos de forma desejada.

Pesa ainda contra o desenvolvimento local sob a ótica do extrativismo sustentável, a insuficiente massa crítica de pessoal capacitado e qualificado para inverter a lógica vigente por meio da aplicação do conhecimento nas áreas necessárias para transformar o bem natural em bem social. O recurso natural sem o conhecimento humano não gera divisas. Sob a ótica de Alex Fiuza de Mello, reitor da Universidade Federal do Pará (2000 a 2008): “A riqueza social é gerada a partir da aplicação do trabalho com foco na produção, para que toda a virtualidade amazônica se transforme em realidade”, conforme informação registrada durante o Seminário “Geração de renda, estratégias de comercialização e pequena produção rural na Amazônia”, evento promovido pelo Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia – PPGEDAM/UFPA, de 12 a 13 de novembro de 2008, no Auditório do POEMA/UFPA.

5 Perspectivas para o extrativismo sustentável

Ao contrário de épocas pretéritas onde os processos de desenvolvimento poderiam se materializar de forma mais lenta, a contemporaneidade exige celeridade. Uma urgência que se dá na justa medida da parcimônia ao tratar os recursos naturais. É notório que a Amazônia é rica em biodiversidade tanto do ponto de vista ecológico quanto social, portanto há necessidade da pesquisa focada na inovação atrelada à informação e tecnologia em uma relação dialógica calcada em mecanismos que possibilitem o conhecimento migrar da academia para a produção, mas também capaz de absorver o fluxo contrário em um movimento retroalimentável (BECKER, 2005). A peculiaridade da inovação no cenário local, no entanto, é que esta se configura tanto em fomento quanto em limite com relação ao extrativismo sustentável sob a ótica das redes de tecnologia e informação atreladas á cooperação seja no âmbito técnico-científico seja no *locus* comunitário. A biodiversa Amazônia atrai para a região expressivo número de grandes empresas, mas também médias e

pequenas, estas de perfil regional, assim projetos do quilate do *Amazon Paper* e a experiência do Projeto Pobreza e Meio Ambiente – POEMA – Universidade Federal do Pará foram e são fundamentais para materializar o esforço voltado ao extrativismo sustentável local. É necessário contextualizar o discurso do extrativismo imbricado no desenvolvimento sustentável local, atrelado a lógica do mercado de consumo contemporâneo enquanto uma das possibilidades para a efetivação do modelo extrativista em questão (BECKER, 2005).

Aliar a ética ambiental ao consumo-consciente, privilegiando o comércio justo poderá resultar em um cenário favorável à adoção de produtos construtores da organização vestimentar do sujeito contemporâneo. A inclusão do *design* como ferramenta a preservação dos recursos naturais advindos do extrativismo se consolidou no mundo a partir da “conscientização acerca da centralidade estratégica da sustentabilidade ambiental em objetos industriais ou semi-industriais” (MANZINI; VEZZOLI, 2008, p. 55 e p.66). Ainda nesta perspectiva a história da moda demonstra que itens com alta carga de organicidade são importantes *dignificadores* sociais. Em um mundo onde a massificação domina a cena social, parte-se da aceção do “raro”, do “único” do “apenas eu possuo”, como um instrumento indutor de consumo sustentável. Nenhum produto orgânico é exatamente igual a outro, portanto ao se adquirir peças advindas da biodiversidade, e, sobretudo, que aliem a inovação a conhecimentos tradicionais ancestrais, os sujeitos seriam possuidores de objetos singulares, constituintes em signo diferenciador, além de estarem contribuindo para a preservação sócio-ambiental (MANZINI; VEZZOLI, 2008, p. 70).

Conforme já explanado ao se criar estratégias capazes de oferecer qualidade de vida ao sujeito com base no modelo extrativista sustentável, se estará evitando tanto a pressão desordenada aos recursos naturais locais quanto à migração para os centros urbanos. Apesar do representativo afluxo campo/cidade Lewis grifa um traço peculiar da cultura camponesa que se concentra na relutância em desapegar-se do *modus vivendi* associado, visceralmente, a sua existência terrena. Essa é uma âncora interessante para a sedimentação do extrativismo em reservas, na medida em que o homem do campo encontra certa resistência em “abrir mão de seu sítio de subsistência e dos laços culturais a sua volta” (LEWIS, 1997, p. 46).

Conclusão

O Brasil é uma sociedade que inicialmente se estruturou a partir de relações extrativistas. Na Amazônia esse cenário permaneceu mais longo por conta de políticas nacionais desenhadas para a região. Sabe-se ainda que quanto menor o grau de afetividade com o meio, menor o compromisso de indivíduos para com a localidade, comunidade onde se

inserem. É nessa lógica que opera a reserva extrativista, buscando fazer do nativo um agente para a preservação dos recursos naturais sob a ótica da sustentabilidade. Contudo sem a cooperação entre as instâncias de poder, empresariado e comunidade, o extrativismo exigido pelo século XXI tem poucas possibilidades de se estabelecer. Dentre os entraves já citados referente às políticas públicas está o fraco capital social comunitário, em certa medida, dissociado da cultura cooperativista. Ficou patente ainda, que o desenvolvimentismo pensado a partir de uma política de privilegiar “grandes projetos” acompanhada da retórica “socializar custos e privatizar lucros”, não logrou sucesso no âmbito regional amazônico.

O desenvolvimento local a partir da gestão de recursos naturais sob o viés da sustentabilidade, requer um modelo se não utópico, delicado: aquele que promove valores de participação democrática e distribuição igualitária de custos e benefícios, baseados no respeito ao homem e ao meio ambiente. O desafio, portanto, é hercúleo. A disputa pelos mesmos territórios, contudo, coloca em confronto diversos atores sociais, o que pode dificultar a sedimentação de uma cultura focada na sustentabilidade, no âmbito da reserva extrativista, lugar pensado para o exercício do extrativismo contemporâneo. O extrativismo sustentável, a despeito de suas complexas especificidades, no entanto, pode ser factível de existir. Há uma tendência mundial, em maior ou menor escala, à adoção de produtos sustentáveis, sobretudo advindos da biodiversidade amazônica. O mercado de moda, por exemplo, nas suas mais diversas relações é um receptor em potencial. A extração de produtos florestais e marinhos sob a ótica da sustentabilidade se mostra interessante tanto para a economia local quanto global. Porém se no passado os recursos econômicos determinaram o acesso à técnica e à inovação, hoje é o contrário. Nesta perspectiva, a detenção do conhecimento é substantiva, portanto o assunto se consubstancia em matéria de Estado e não meramente de governo, logo investimentos em ciência e tecnologia em prol de um desenvolvimento local sustentado exige continuidade no tempo, sobretudo no âmbito de nichos capazes de gerar divisas à região.

A situação periférica da Amazônia, perversa por um ângulo, é, grosso modo, compensada pela abundância de recursos naturais em escala planetária, um dos fatores basilares para o processo de desenvolvimento humano. Indubitavelmente a dinâmica conjuntural econômica do Pará necessita de um perfil sustentável, na essência deste discurso, como fator preponderante para o crescimento ordenado do estado. Por mais que condições históricas dificultem ou até impeçam a Amazônia de se tornar revolucionária do ponto de vista dos processos, há um privilegiado nicho de investimento onde a região tem a capacidade de se mostrar inovadora ao absorver, criar e recriar conhecimento a partir da tecnologia disponível no cenário mundial. O extrativismo aliado a inovação, poderia subsidiar a geração

de produtos inéditos seja na resultante da industrialização de cosméticos, alimentos, fármacos, fitoterápicos ou outros a partir da extração de insumos naturais de maneira sustentada visando o não esgotamento ambiental/cultural calcados no aprimoramento dos processos focados na agregação de valor ao produto final.

O esforço reside em uma ação coordenada em direção da aliança entre tendências globais de consumo e possibilidades abertas no mercado mundial a partir das potencialidades amazônicas dos recursos naturais. As reservas extrativistas pensadas enquanto estratégia de desenvolvimento local se somam a esses esforços no conjunto do desenvolvimento sustentável.

Redesenhar o extrativismo é o grande desafio.

Referências

- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**: estudos avançados. São Paulo, v. 19, n. 53, p.71-86, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03.09.2008.
- CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997. p. 221-242.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997. p. 315-347.
- FENZEL, Norbert. O conceito de desenvolvimento sustentável em sistemas abertos. **Revista Poematropic**: pobreza e meio ambiente no Trópico Úmido, Belém, v. 01, n. 01, p. 34-42 jan./jul. 1998.
- LEWIS, Maybury Biorn. Terra e água: identidade camponesa como referencia de organização política entre água: identidade camponesa como referencia de organização política entre ribeirinhos do rio Solimões. *In*: FURTADO, Lourdes Gonçalves (Org.). **Amazônia, desenvolvimento, sociedade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/NUMA, 1997. p. 31-70.
- LIMA, Deborah de Magalhães. Equidade, Desenvolvimento sustentável e preservação da Biodiversidade: Algumas questões sobre a parceria ecológica na Amazônia. *In*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997. p. 285-313.
- LIMA, Deborah de Magalhães; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social**. Estud. Av. São Paulo, v. 19, n. 54, May/Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10.10.2008.
- MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis**: os requisitos ambientais dos produtos industriais. São Paulo: EDUSP, 2008.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *In: Revista FAE*. Curitiba, v. 5, n.2, maio/ago. 2002. p 37-48.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento Sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia brasileira: desafios, possibilidades e limites**. Belém: EDUFPA, 2002. (Prêmio NAEA).

TEIXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em unidades de conservação: a naturalização do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, Oct. 2005. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf>>. Acesso em 05 out. 2008

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: EDUSP, 1988.